

## NOTA INFORMATIVA N.º 9/2023

Teletrabalho: compensação devida ao trabalhador (fixação valores limites)

**Legislação aplicável:** Portaria n.º 292-A/2023, de 29 de setembro, e artigo 168.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12.02, na sua redação atual.

**Entrada em vigor: 01.10.2023**

A Lei n.º 13/2023, de 03.04, alterou diversas regras relativas à prestação de trabalho em regime de teletrabalho, designadamente no que respeita à compensação pelo empregador pela aquisição de equipamentos e sistemas de trabalho e despesas adicionais incorridas pelo trabalhador em consequência direta da utilização daqueles equipamentos.

Estas despesas são consideradas, para efeitos fiscais, custo para o empregador e não constituem rendimento do trabalhador (nem são base de incidência contributiva para a segurança social), até aos seguintes limites:

- a) Consumo de eletricidade residencial — 0,10 €/dia;**
- b) Consumo de Internet pessoal — 0,40 €/dia;**
- c) Computador ou equipamento informático equivalente pessoal — 0,50 €/dia.<sup>1</sup>**

### Notas:

- estes valores limite são apenas aplicáveis à compensação pela utilização profissional em teletrabalho daqueles bens ou serviços que não sejam disponibilizados direta ou indiretamente ao trabalhador pela entidade empregadora<sup>2</sup>;

<sup>1</sup> Estes limites são majorados em 50% quando o valor da compensação resulte de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho negocial celebrado pelo empregador.

- estes valores limite são apenas aplicáveis aos dias completos de teletrabalho, efetivamente prestado e que resultem de acordo escrito entre a entidade empregadora e o trabalhador<sup>3</sup>;

**Armando França & Associados – Sociedade de Advogados, S.P., R.L.**

**02 de outubro de 2023**

*A presente nota é meramente informativa pelo que a informação e opiniões aqui expressas são de carácter geral e abstrato, não substituindo, por essa razão, o recurso a assistência e aconselhamento jurídico profissional e qualificado, dirigido ao caso concreto para uma tomada de decisão. Assim, caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos.*

---

<sup>2</sup> Considera-se “disponibilização” a oferta, a cedência, a colocação à disposição, a venda a um preço inferior ao valor de mercado ou qualquer outro ato que permita o uso e fruição da eletricidade, da Internet e do computador ou equivalente sem que o trabalhador suporte financeiramente os respetivos encargos em condições normais de mercado.

<sup>3</sup> Considera-se dia completo de trabalho aquele em que a prestação de trabalho tenha sido efetuada à distância, através do recurso a tecnologias de informação e comunicação, em local não determinado pelo empregador, em períodos não inferiores a um sexto das horas de trabalho semanal.

---

**AVEIRO**

Praça Humberto Delgado, 5,  
1º, 3810-117 Aveiro  
T (+351) 234 384 665  
F (+351) 234 347 062

CHAMADAS PARA A REDE FIXA NACIONAL

---

**GUIMARÃES**

Au. de Londres, 540, 7º, sala 701,  
Edifício Luzaga, 4810-550 Guimarães  
T (+351) 253 433 417  
F (+351) 253 109 451

CHAMADAS PARA A REDE FIXA NACIONAL